Dos Direitos Autorais

Art. 23. O participante da Revista assume responsabilidade pela produção do seu trabalho, conforme as regras gramaticais da língua portuguesa, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, da Lei n. 9.610/1998 e das demais legislações que protejam direitos autorais.

Art. 24. O artigo publicado na : Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Pará não será objeto de qualquer espécie de comercialização ou enriquecimento, e essa condição não exclui a obrigação do participante pela responsabilidade da produção pessoal do trabalho, de modo que não se caracterizem quaisquer figuras antijurídicas, entre elas a do plágio, nem atente às disposições da Lei n. 9.610/1998 ou qualquer outra de natureza cível ou penal que se aplique.

Parágrafo único. A reprodução, total ou parcial, dos artigos publicados na : Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Pará fica sujeita à expressa e clara menção da procedência de sua publicação original nesse periódico, citando-se necessariamente o volume e o número da publicação. Se não houver tal indicação, considerar-se-á situação de auto-plágio.

Art. 25. Os artigos assinados serão de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do Ministério Público do Estado do Pará.

Art. 26. O participante da Revista não faz jus a qualquer tipo de pagamento e/ou ressarcimento pela produção e consequente publicação do trabalho, uma vez que se trata de um projeto editorial sem fins lucrativos.

Da Publicação

Art. 27. Os direitos autorais do artigo, caso publicado, ficam automaticamente cedidos à : Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Pará, que está autorizada a publicá-lo em meio digital, sem retribuição financeira para os autores.

Art. 28. O trabalho ficará inserido na Revista por tempo indeterminado.

Art. 29. Até a publicação na Revista, o autor poderá pleitear, de forma justificada, a exclusão do seu trabalho.

Das Normas Técnicas

Art. 30. Todos os artigos submetidos à : Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Pará deverão ser formatados segundo as normas e diretrizes da Revista, definidas pelo Editor responsável e pelo Conselho Editorial, em regulamentação própria.

Das Disposições Finais

Art. 31. Será criado e-mail específico para a : Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Pará.

Art. 32. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Editor responsável e pelo Conselho Editorial da : Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Pará.

Art. 33. Revoga-se o Regulamento nº 001/2006 – MP/CEAF/CD, de 26 de junho de 2006.

Art. 34. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação. Belém, 19 de Janeiro de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Deliberativo do CEAF

Protocolo: 752249

AVISO n.º 02/2022-CSMP/MPPA

Faço público, a quem interessar possa que a 2ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual do Conselho Superior, realizar-se-á das 8h do dia 24/01 até às 18h do dia 28/01/2022, no site: www.mppa.mp.br, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:

1. Julgamento de Processos:

1.1. Processos de Relatoria do Conselheiro WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:

1.1.1. Processo n.º 001138-025/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Cemitério Good Pax

Origem: 5º PJ de Marituba

Assunto: Apurar supostas irregularidade ambientais do Cemitério Good Pax

1.1.2. Processo n.º 000281-940/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marabá

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar indícios de ato de Improbidade Administrativa na realização de Processo Seletivo Simplificado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marabá

1.1.3. Processo n.º 000408-151/2018

Requerente(s): Sigiloso

Requerido(s): Laboratório Central do Estado do Pará (LACEN)

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidade na Secretaria de Estado de Saúde Pública no que tange a transferência do serviço de triagem neonatal da UEPA para a SESPA/LACEN quanto ao pagamento da gratificação de desempenho institucional

1.1.4. Processo n.º 000418-148/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Nilton Lopes de Farias

Origem: Promotoria de Justiça de Baião

Assunto: Apurar suposto gerenciamento irregular das contas municipais de Baião, pelo Prefeito do Município, referente ao exercício financeiro de 2016

1.1.5. Processo n.º 000139-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Cultura (SECULT)

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar supostas irregularidades no processo de licitação nº 2013/563145, promovido pela SECULT, referente a obras civis e de infraes-

trutura do Parque do Utinga

1.1.6. Processo n.º 003244-030/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): A Coletividade, Moradores do Residencial Alto Bonito

Origem: 6º PJ de Parauapebas

Assunto: Apurar eventuais problemas na estrutura física dos prédios do Residencial Alto Bonito, envolvendo verba pública federal do Programa Minha Casa Minha Vida

1.1.7. Processo n.º 000230-031/2018

Requerente(s): Estado do Pará e Secretaria Estadual de Saúde

Requerido(s): Sindicato dos Médicos do Estado do Para (SINDMEPA)

Origem: 9ª PJ de Santarém

Assunto: Apurar representação do SINDMEPA a respeito de supostas irregularidades na gestão do Hospital Regional do Baixo Amazonas em Santarém-PA

1.1.8. Processo n.º 000039-012/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará

Origem: PJ de Santa Luzia do Pará

Assunto: Apurar possível prática de nepotismo, visto que cargos comissionados e cargos políticos estão sendo ocupados por parentes do Prefeito e de Secretários Municipais de Santa Luzia do Pará

1.1.9. Processo n.º 025214-003/2020

Requerente(s): Francisca Irineia Passos da Silva

Requerido(s): Em apuração

Origem: 6º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar a possível prática de poluição sonora emitida por fábrica de móveis planejados, sem identificação visível na fachada

1.1.10. Processo n.º 000458-245/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Escola Municipal Eduardo Angelim

Origem: PJ de Acará

Assunto: Apurar notícia a respeito de irregularidade na Escola Municipal Eduardo Angelim no Município de Acará-PA

1.1.11. Processo n.º 000029-012/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marituba

Origem: 5º PJ de Marituba

Assunto: Investigar a obstrução dos passeios públicos, pelos comerciantes, situada na rua principal do Conjunto Marituba

1.1.12. Processo n.º 002933-477/2016

Requerente(s): Conselho Fiscal do Condomínio Ecoparque

Requerido(s): Síndico do Condomínio Ecoparque

Origem: 1º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua

Assunto: Apurar possível prática de poluição ambiental no condomínio Ecoparque

1.1.13. Processo n.º 001157-036/2019

Requerente(s): Coletividade, Manoel Gilberto Lobato Cordeiro

Requerido(s): Prefeitura de Benevides

Origem: 4º PJ de Benevides

Assunto: Apurar ocorrência de poluição sonora proveniente de festas realizadas ao ar livre, à noite, em loja de conveniência localizada atrás do Posto Santa Rita, Bairro Médiçi, em Benevides

1.1.14. Processo n.º 000373-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Adjanny Estela Santos de Souza e Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar suposta recepção indevida de gratificação do regime de trabalho em tempo integral com dedicação exclusiva por parte de servidora da UEPA

1.1.15. Processo n.º 000057-151/2015

Requerente(s): Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)

Requerido(s): Márcio Cantão de Leão

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa quanto a expedição de licenças falsas na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém

1.1.16. Processo n.º 000051-151/2016

Requerente(s): Núcleo de Combate à Improbidade e Corrupção do MPE

Requerido(s): Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA)

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar supostas irregularidades em contrato relativo a obras no ano de 2014 no TCE/PA

1.1.17. Processo n.º 000194-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Sindicato dos Lojistas do Comércio de Belém

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Fiscalizar a legalidade do repasse de recursos ao Sindicato dos Lojistas do Comércio de Belém

1.1.18. Processo n.º 000083-200/2017

Requerente(s): Vara do Trabalho de Ananindeua

Requerido(s): EMATER PARÁ

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Violação da Lei de Improbidade Administrativa por suposto descumprimento de decisão Judicial

1.1.19. Processo n.º 000092-750/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de Moju

Origem: 2ª PJ de Moju